

Portugal na perspectiva estratégica europeia

J. Borges de Macedo*

As relações internacionais têm exigências múltiplas que só podem ser pensadas numa base de absoluto realismo e no cálculo hábil das forças efectivamente disponíveis. No inventário destas, está a função estratégica de um território, não só para o Estado que o detém mas também a partir do interesse que ele representa para outras «seguranças». Daí resulta o ponto de vista essencial de que toda a posição estratégica precisa de ser acompanhada de poder negociador por parte do Estado que a domina. Poder que não é um mero inventário militar, mas envolve dimensões relativas à capacidade social e política, condições das suas elites e da comunidade como um todo para a análise das situações, recursos tecnológicos e humanos mobilizáveis. Todos estes elementos formam, com a posição estratégica, o poder de negociação de um Estado, assegurando maiores ou menores vantagens, conforme é maior ou menor a disponibilidade convergente de todas aquelas forças.

Para além desta perspectiva geral e do modo como ela se põe no nosso mundo contemporâneo, há sem dúvida a este respeito uma experiência histórica quanto ao modo como esta problemática foi enfrentada e resolvida pela área política que se estuda. E deve dizer-se que a sua experiência estratégica, historicamente considerada, é um factor de primeira importância para se chegar a uma apreensão conveniente da sua capacidade na presente conjuntura, de modo a pensá-la em termos dinâmicos e realistas e facilitar um melhor cálculo das suas variáveis independentes. Não obstante, temos de o fazer sem esquecer que a problemática contemporânea precisa sempre de ser pensada como tal, enquanto a experiência histórica é um factor de racionalidade, de habilitação crítica insubstituível, que em caso algum pode ser substituída pela teoria dos jogos, que não tem a riqueza concreta da eventualidade intrínseca do comportamento humano. Intrínseca ainda que não arbitrária.

Portugal tem, na Europa, uma posição estratégica própria, sempre significativa mas só decisiva em determinadas situações. As alturas em que a posição portuguesa se apresenta como decisiva dizem sempre respeito a três pontos essenciais: nas hegemonias da península Ibérica e da Europa, no domínio da

* Catedrático da Universidade Católica.

entrada do Mediterrâneo, na hegemonia do Atlântico. Decerto que a hegemonia da península Ibérica pode ser entendida (e várias vezes se tem apresentado como tal) em si mesma; mas também pode ser considerada como a retaguarda indispensável à segurança da Europa como um todo, frente à problemática para o Oriente, quaisquer que sejam os termos e os conteúdos em que ela se formule. Por sua vez, a posição de Portugal no Atlântico é indispensável para a definição das hegemonias neste mar, também quaisquer que elas sejam. A posição de Portugal na península Ibérica pode coincidir com a sua posição no Atlântico, quando os problemas da hegemonia neste oceano têm consequências – e não podem deixar de ter – para a segurança da Europa. É o caso actual. Mas esta realidade obriga a que façamos discriminações adequadas que vão influir na determinação de uma política externa viável e segura.

A experiência histórica portuguesa no que se refere à administração da sua posição estratégica relativamente à península e à Europa é larga e longa. Não se definiu, evidentemente, logo de início com essa complexidade. As condições quanto às comunicações de Portugal tornaram, durante muitas centenas de anos, a posição portuguesa indispensável ao equilíbrio na península Ibérica e desta com o norte de África. Perspectiva quase diríamos regional, uma vez que a capacidade de o norte de África influir no equilíbrio europeu não era essencial. E se a sua força tinha de ser ponderada, por parte das potências cristãs da Península, o eco a considerar para além disso revelava-se secundário nas condições geográficas e de equipamento de então.

A maior interferência directa de Portugal na estratégia europeia tem de ser pensada, como tal, sobretudo a partir da guerra dos Cem Anos que, por sua vez, está ligada à crescente importância do mar próximo na definição das estratégias regionais. Na verdade, a guerra dos Cem Anos define-se como um confronto entre uma área continental, rica, povoada, bem dotada de recursos naturais, com uma cultura que tinha a coragem de ligar os problemas políticos com as relações humanas e os últimos fins do homem, e um Estado de base cultural semelhante, mas pobre e exigente. A máquina do Estado feudal francês era difícil de mobilizar e de integrar no seu todo, dispondo de lentas habilitações para a concentração dos seus recursos. Não conseguia unir, em força e capacidade de manobra, a costa com o interior, o poder central com os poderes regionais. De tudo isto se aproveitou a Inglaterra que, em sucessivas e sempre decisivas batalhas, derrotou as forças militares reunidas pelo rei de França.

Não escapava à França nem à Inglaterra o papel que Castela podia desempenhar

nesta situação. O rei de Castela (Pedro I) pediu auxílio ao Príncipe Negro e às tropas inglesas que ele comandava. Derrotou assim o exército castelhano de Henrique de Trastâmara, irmão bastardo de Pedro o Cruel e «candidato» ao trono castelhano: o Trastâmara foi esmagado na batalha de Najera (1362). A França viu assim transformada em inimiga uma parte da fronteira dos Pirenéus e dificultada a sua luta contra os ingleses. A solução que adoptou foi combater o rei Pedro o Cruel, de Castela, que se apoiara nos ingleses, e fazer o possível por que fosse substituído na coroa castelhana por um aliado seu. Assim o conseguiu em 1367, com a colaboração do condestável francês Beltrão Duguesclin. Em consequência disso, a Inglaterra perdia o domínio do golfo da Gasconha.

Nestas condições, Portugal passou a ter, através da sua posição na Península, uma função interessante no confronto entre as duas potências europeias. D. Fernando, rei de Portugal, encontra-se assim convidado a participar no confronto europeu, apresentando a sua «candidatura» (ou os seus direitos, como então se dizia) à coroa de Castela. Os seus apoios eram sobretudo próximos da fronteira portuguesa e contrastavam com os que Henrique de Trastâmara tinha recebido. Este rei de Castela, apoiado pela França, actuou rapidamente e entrou em Portugal. D. Fernando, por sua vez, celebrou uma aliança com os ingleses (1372). A guerra defensiva que o rei português efectuou era o contrário daquela que os ingleses desejariam fosse feita, com vista a enfraquecer o apoio castelhano à França. Rapidamente se verificou que estes objectivos estratégicos estavam muito aquém dos recursos efectivos de portugueses e ingleses, tanto mais que não se notava qualquer mobilização séria de forças internas castelhanas contra Henrique da Trastâmara, seu novo rei. No entanto, era assim posta a claro a primeira versão de Portugal na estratégia europeia: retaguarda útil para combater Castela. Mas também se verificava o outro ponto essencial: tal retaguarda nada, ou muito pouco, podia fazer se a população castelhana não colaborasse.

Contudo, essa eventualidade portuguesa era real no ponto de vista geográfico. Mas não tinha força suficiente que pudesse ultrapassar tanto as dificuldades de comunicação, como a distância efectiva de Portugal em relação aos centros europeus de decisão, como ainda a estranheza da população portuguesa e das suas elites quanto ao interesse nacional de tais confrontos. Estes, ou tomavam uma formulação peninsular e dinástica ou, por muito estratégicos que fossem, tinham uma escassa adesão dos corpos vivos do país: nobreza, cidades, clero, concelhos. Daqui resulta o significado europeu da crise de 83 a 85 e a importância extraordinária da derrota de D. João I de Castela na sua candidatura à coroa de Portugal. Castela via-se reduzida a ter de contar com um Estado independente na sua retaguarda e este facto não deixou

de influir fortemente tanto na própria orientação castelhana no sentido do Mediterrâneo, como na Reconquista, como ainda no abrandamento do seu interesse com as relações permanentes com a França.

Por seu turno, Portugal ampliava, com a conquista de Ceuta, os seus recursos estratégicos como retaguarda. Começou mesmo a ampliar as suas relações atlânticas (as únicas que podia ter) com a Europa do Norte, nomeadamente a Flandres, já que a Inglaterra se encontrava dominada pelas suas «ambições francesas». Nesta conjuntura, o papel de Portugal nos confrontos europeus durante o século XV e XVI foi muito escasso. D. Afonso V tentou aproveitá-lo num esforço, muito além dos seus recursos, de aliança com Luís XI, rei de França, o que redundou, inevitavelmente, num malogro total. O mesmo se poderá dizer quanto às suas relações com Carlos o Temerário, duque de Borgonha. As razões de aliança eram perfeitamente compreensíveis, os meios de transporte pouco se tinham alterado; mas a deslocação de forças militares por terra era morosa, extremamente fatigante e dispendiosa. Daqui resultava que, em tais condições, nem os confrontos terrestres de Portugal ou da França nem os seus auxílios podiam ser decisivos no ponto de vista militar quando os países respectivos estavam tão afastados. As eventuais vitórias dissolver-se-iam no desgaste da distância.

O «império atlântico»

Foi em face desta realidade que D. João II construiu o «império atlântico». O tratado das Alcáçovas celebrado ainda em vida de seu pai, mas já com a sua vigorosa intervenção, «arrumava» as pretensões de D. Afonso V à coroa espanhola e esforçava-se por definir regiões e poder na área atlântica: reforço português em Marrocos, na Madeira, Açores e Cabo Verde, construção da fortaleza de S. Jorge da Mina, acordos com o Papa no sentido da legitimação dos direitos portugueses às novas áreas trazidas ao conhecimento europeu. Em tudo isto se nota a valorização do Atlântico e a despromoção daqueles interesses peninsulares que estavam fora ou para além dela. As negociações do rei D. João II quanto ao casamento de seu filho D. Afonso com uma filha dos Reis Católicos em nada alteravam o que se pode chamar a primeira política atlântica concebida por qualquer Estado europeu.

O projecto de presença política na Europa de D. João II contava com o peso dessa política atlântica, não só nas relações com a Espanha, como também nas relações com a Inglaterra e a Borgonha. Portugal tornava-se a área e a estrutura

pela qual a Europa tomava contacto com o mundo tropical e atlântico e D. João II envidava todos os esforços para que essa *sua* área marítima fosse cada vez mais forte, ampla e significativa.

Os projectos de D. João II relativamente à Índia integram-se neste significativo conjunto. A passagem do cabo da Boa Esperança definia afinal os limites atlânticos ao sul, ficando por estabelecer os limites a oeste que, em 1492, através de Cristóvão Colombo, se revelaram importantes. Não pode dizer-se que esse facto fosse uma absoluta surpresa para o rei de Portugal, mas a realidade tangível da presença significativa de terras e gentes a ocidente do Atlântico tornava indispensável negociar a partilha do oceano e estabelecê-la de uma forma insofismável. Foi o que D. João II fez com o tratado de Tordesilhas, em 1494.

Esta partilha do Atlântico, aliás, precedida por uma intervenção do Papa, estava muito longe de resolver os mais importantes problemas «mundiais» e mais ainda de garantir o oceano como área de navegação regular exclusiva dos portugueses. Se o meridiano de 370 léguas a oeste de Cabo Verde dividia o mundo em dois hemisférios, já se tornava menos claro quanto à delimitação próxima da costa africana. Aí, quaisquer que fossem as atribuições do *Mare Clausum*, a hegemonia só podia ser sustentada pela força e superioridade dos navios e tripulações e pelo conhecimento das rotas. Todas essas condições se reuniam em Portugal e davam-lhe a categoria de uma verdadeira potência atlântica. Contudo, estes factos não nos devem iludir quanto à força europeia de Portugal. O Atlântico era, então, muito simplesmente uma área nova, ainda que promissora, nas concepções estratégicas da Europa e o seu eventual papel na modificação do equilíbrio das suas forças fundamentais era praticamente desconhecido. Quem o sobrevalorizasse corria o risco de ser vencido. D. Manuel não o fez. Com efeito, as potências europeias «pesavam» pelo seu papel continental, pelo domínio das linhas comerciais terrestres que podiam controlar no seu interior, pelo seu papel no Mediterrâneo e no mar do Norte, pelos fornecimentos de cereais que podiam garantir, etc. Nada disto se relaciona com o mar oceano e o aparecimento de algumas mercadorias novas na feitoria da Flandres, o aumento das disponibilidades em ouro no interior da economia europeia por via portuguesa não era suficiente para interferir nos diferentes equilíbrios europeus. Já o mesmo se não pode dizer do interesse do Atlântico para algumas áreas europeias como a Bretanha, o País Basco, a Inglaterra ou mesmo a Borgonha, onde era natural que aparecessem – como apareceram – marinheiros que queriam tentar a sua sorte nas áreas novas abertas pelos portugueses.

Não se julgue que D. João II tinha uma percepção do Atlântico superior às

capacidades efectivas do seu interesse imediato e o quisesse empregar fora do equilíbrio peninsular e da protecção daquelas zonas contra a pirataria e o corso. Estava, sim, perfeitamente seguro quanto ao papel do mar oceano para as viagens intercontinentais e para a captação de produtos africanos. Para D. João II, o Atlântico era aproveitado como uma área cheia de potencialidades peninsulares e atlânticas, não tanto europeias. E na verdade, as lutas que se desenvolviam no Mediterrâneo oriental absorviam as forças locais ou próximas mas não podiam transferir-se para outras áreas, menos ainda para o Atlântico desconhecido. Outro tanto sucedia com o Báltico, o mar do Norte, a Europa central, as lutas da Itália ou da França. No entanto, o crescimento do poder marítimo português no Atlântico reforçava consideravelmente a segurança da sua fronteira terrestre, relativamente a Castela, o que não quer dizer que ficassem seguras. Assim se compreende o esforço então feito para a fortificação do interior do país.

O aumento da importância do Atlântico acentuou-se com a descoberta do caminho marítimo para a Índia. Com efeito, a chegada de Cristóvão Colombo à América Central começou por ser desprovida de interesse ou de significado, uma vez que as populações ali descobertas e a própria área em si mesma não revelavam grandes atractivos económicos. Era, inicialmente, a parte lírica das descobertas marítimas: um mundo desconhecido e pobre. A descoberta da Índia, pelo contrário, tinha uma importância decisiva, uma vez que abria uma nova rota para o comércio da Índia cujo trajecto passava a estar inteiramente na mão dos ocidentais. A curto ou a longo prazo, este facto iria reflectir-se na própria natureza do Próximo Oriente, pois o fluxo comercial que vinha da Índia deixaria de ter – a médio prazo – aquela via como seu modo exclusivo de escoamento. Tudo dependia da capacidade tecnológica da navegação portuguesa, tanto no volume de tráfego como na solidez das construções, como ainda na qualidade da mercadoria depois de uma longa viagem. Na verdade, estas vantagens não se impuseram imediatamente. A luta entre as duas linhas de tráfego, a que se dirigia ao Atlântico e a que se dirigia ao Próximo Oriente, estava relacionada com as regiões europeias que lhes ficavam mais próximas. Isto é, as duas linhas de tráfego e a sua força económica dependiam da capacidade de consumo dos seus terminais: Mediterrâneo para a linha de Alexandria, a Europa do Norte para a linha de Lisboa. E assim se desenvolveram.

Não se tem chamado suficientemente a atenção para o facto de o Atlântico ter crescido, na altura, em função da Europa do Norte e da capacidade desta em fornecer os elementos fundamentais para o riquíssimo, mas exigente, comércio das Índias: cobre e outros metais, como a prata, o chumbo, o ferro preparado. Ao mesmo tempo,

a importância de Portugal no Atlântico crescia em função desses mesmos factores. A descoberta do comércio directo com a Índia dinamizou a Europa não mediterrânica. Portugal teve essa função estratégica importante como exclusivamente sua, enquanto a Espanha se não tornou, também, uma grande potência atlântica, através do seu domínio no Norte da Europa e da descoberta da prata do México, a segunda e afinal a verdadeira descoberta da América do Sul.

Quer isto dizer que a abertura do Atlântico ao comércio oriental e a sua crescente consciência da importância da América central e do Brasil (que na altura ninguém confundia) trouxeram uma nova importância para o Atlântico ainda que continuasse a não ser decisiva. Ao mesmo tempo, foi um desafio extraordinariamente dinâmico para a tecnologia europeia, uma vez que o alargamento do mercado consumidor para a Europa não foi súbito. Os seus efeitos puderam ser doseados. A não ter sido assim, as dificuldades no aumento da produção europeia, em vez de serem enfrentadas pela «revolução de preços», teriam lançado toda a Europa numa situação económica e social muito mais difícil de resolver.

Daqui resulta uma consequência que deve ser salientada: a entrada do Atlântico na vida europeia faz-se pela via económica, não pela via estratégico-militar. Para as lutas europeias do século XVI, o factor atlântico começou por não ser decisivo. Em virtude disto, o papel de Portugal no equilíbrio europeu na primeira metade do século XVI é secundário. As interferências de Portugal com o continente europeu (confrontos com a Inglaterra e com a França) têm a ver só com a defesa dos interesses atlânticos portugueses. Nada têm a ver com a Europa propriamente dita, embora deva considerar-se o papel que a economia europeia progressivamente desempenhou na valorização do Atlântico. E para defender o «seu» Atlântico que Portugal entra em «aliança» com a Espanha, defende as ilhas atlânticas e a própria posse da costa brasileira. Foi para impedir o acesso dos turcos ao Atlântico que, ingenuamente, o rei D. Sebastião foi a Alcácer Quibir.

A primeira grande potência que trouxe o Atlântico «feito pelos portugueses» para o equilíbrio europeu depois do muito mais europeu, Carlos V – foi a Espanha de Filipe II. É ele que projecta uma estratégia da hegemonia marítima sobre as grandes áreas continentalistas, nomeadamente a França e as margens do mar do Norte. Nesse mesmo sentido, entra em conflito com a Inglaterra, de que resulta, afinal, a prova flagrante da precaridade do aproveitamento do oceano para garantir a hegemonia europeia. No entanto, a política de Espanha no *Século de Ouro* revela, de um modo indiscutível, que o oceano Atlântico começava a ser essencial, não apenas já no equilíbrio peninsular, mas como factor económico de poder considerável. Era um canal

indispensável para garantir as hegemonias. Mas ainda não para as conquistar.

A importância da retaguarda atlântica

O século XVII não encontra muitas alterações nesta perspectiva. O Atlântico crescia lentamente em importância, tanto na perspectiva económica como na estratégica. Ora esse aumento de importância está directamente ligado com Portugal e com a reconquista da sua independência. Na verdade, a Espanha considerava fundamental a segurança da retaguarda atlântica para a sua política externa europeia; e ao considerar o papel da retaguarda atlântica da Espanha, a França concebeu a ideia de ajudar uma nação perfeitamente constituída mas politicamente subjugada, nos seus interesses atlânticos, além de assaz distanciada das oportunidades continentais da Espanha. A França, por isso, pensava em Portugal. Ao mesmo tempo tentava mobilizar, com a Catalunha, a área mediterrânica contra a Espanha. Nesse sentido, Richelieu garante apoio diplomático e militar aos portugueses que, em 1640, recuperam a independência e aos catalães que, nesse mesmo ano, tinham entrado em guerra. Seguros, através de Portugal, da retaguarda atlântica espanhola, os franceses conseguem diminuir a pressão sobre a sua fronteira peninsular. Interesse estratégico de Portugal pela Europa? Tal não pode dizer-se. O que pode afirmar-se é a plena consciência de Portugal de que a sua independência não pode desligar-se dos problemas europeus que lhe chegam, quer por intermédio da Espanha, da França ou da Inglaterra.

A área onde sempre se definem os interesses europeus de Portugal é a Europa ocidental. Assim se percebe que Portugal durante a guerra da independência (1641-1668) tenha podido, sem se envolver em responsabilizações europeias, celebrar acordos tácitos e explícitos com a Holanda, sua aliada na Europa, sua inimiga no Brasil.

O último quartel do século XVII decorre sob o signo da política europeia de Luís XIV, da sua crescente consciência quanto ao papel da hegemonia marítima, sem prejuízo do valor primordial dos exércitos de terra e da hegemonia continental. A teoria estratégica de Luís XIV continuava, na verdade, a ser essencialmente continental, tendo em conta o seu projecto de uma definição «natural» da fronteira francesa. Não obstante, o crescente relevo complementar do oceano no conjunto dos planos hegemónicos franceses não podia deixar de interferir com Portugal. Para os enfrentar, Portugal, nesta altura, procurou chegar a um natural e urgente reforço da aliança inglesa. A Grã-Bretanha, vigilante quanto ao crescimento do poderio francês, tratava também com

toda a atenção a sua aliança com Portugal, pedra decisiva para a hegemonia atlântica.

A guerra da sucessão de Espanha leva Portugal, pela primeira vez na Europa moderna, a participar num conflito europeu generalizado. Porém, só o faz porque ele vai interferir no reforço do papel da Espanha na hegemonia europeia dirigida pela França. Significativo é que a Grã-Bretanha e a Holanda tenham procedido no mesmo sentido. Ou seja, a influência atlântica no equilíbrio europeu começa a tornar-se permanente. Contudo, hegemonia atlântica e hegemonia continental, no século XVIII, ainda não coincidem.

A negociação apressada do tratado de Utrecht marca o afastamento da Grã-Bretanha de todos esses problemas imediatos para a hegemonia continental. O mesmo se verificou com Portugal. E assim, depois do final da guerra de sucessão de Espanha, de uma maneira que não podia deixar de ser vantajosa para Portugal, o rei D. João V adoptou uma posição reticente perante os problemas da Europa central e até do mar do Norte, estabelecendo definitivamente a sua área diplomática a ocidente e no âmbito da aliança inglesa, na sua política prudente mas firme em relação à Espanha e no evidente receio nos envolvimento franceses. D. João V revela que essa sua determinação de evitar envolvimento europeus é a sua decisão fundamental. Ela é mantida com uma persistência que o leva a não recuar sequer um conflito interno com seu irmão, a quem recusa o apoio para a sua candidatura a rei da Polónia desde que ela não seja acompanhada da cláusula do não envolvimento português nas polémicas da Europa central.

Política de neutralidade é o termo impreciso que esta orientação de D. João V tem, muitas vezes, recebido. Verdadeiramente, não se trata de neutralidade: talvez seja melhor dizer que é a linha mestra da política externa que vinha de D. João IV, agora adaptada a uma comunidade de interesses com a Grã-Bretanha, através do interesse comum pelo Atlântico Sul. Estava assegurada com a participação britânica no mercado português e concedia a Portugal uma sólida permanência no mercado de consumo vinícola inglês.

Em curioso contraste com o que se refere à influência comercial inglesa, permaneceram sólidas (e até se ampliaram) as ligações culturais entre Portugal e a Europa, em três vias fundamentais: na área do pensamento, dos costumes, da comunicação com outras culturas, notava-se a preponderância (ainda que não indiscriminada) da França. Na área da informação dos acontecimentos e do dia-a-dia, refira-se a Holanda. No campo do pensamento religioso, artístico, musical, apresente-se a Itália, no conjunto dos seus ágeis ajustamentos. É um facto dos mais

característicos do século XVIII esta partilha fundamental: à influência económica inglesa não se segue uma influência de igual teor nos costumes, na cultura ou na espiritualidade.

A unidade de acção de Portugal com outras potências europeias para além da Grã-Bretanha, na segunda metade do século, não se vai manifestar no plano político, militar ou económico, domínios em que mantém toda a autonomia nacional e como Estado. Essa convergência com a Europa revela-se na unidade ideológica, levada a efeito pela participação activa do marquês de Pombal no esforço persistente para uma acção simultânea das potências católicas europeias com vista a promover a extinção da Companhia de Jesus. Toda a capacidade portuguesa de manobra diplomática é usada nesse sentido. Mas a influência política inglesa permanece inexpugnável, fora dessas negociações. Nas altas esferas, não se alterava a efectiva presença dos ingleses. Por sua vez, a influência francesa tinha de se gastar na área política pura, uma vez que os interesses económicos comuns, embora existissem, nunca podiam constituir pressão que pudesse comparar-se com os ingleses. O motivo dessa escolha era sem dúvida o Atlântico: a aliança inglesa significava preferência pelas responsabilidades atlânticas dos portugueses. França, Mediterrâneo, Báltico, mar do Norte tinham sempre uma dimensão variavelmente secundária.

A preponderância atlântica na política externa portuguesa manteve-se no decurso de todo o século. Durante a primeira metade do século XVIII, houve até tentativas, ainda que mal sucedidas, para o seu alargamento à Espanha. Foi por essa via que as relações com a Espanha continuaram a ser o ponto difícil da política externa portuguesa. Não propriamente por causa da fronteira europeia, na verdade estabilizada, mas sim por causa da problemática sul-americana e brasileira (que nunca foram a mesma coisa). A participação de Portugal na guerra dos Sete Anos (1756-1763) não alterou muito o equilíbrio na península Ibérica mas veio a colidir com os interesses estratégicos portugueses no Atlântico Sul.

A solicitação a Portugal para uma política europeia contra a Grã-Bretanha voltou a verificar-se com a guerra da independência dos Estados Unidos, que a França procurou aproveitar no sentido do isolamento europeu da Grã-Bretanha. De 1776 a 1782, Portugal esteve sujeito a uma pressão insistente da Espanha para uma acção contra a Grã-Bretanha mas o grau da sua participação é mínimo.

A insistência da França em encabeçar um antagonismo como que geral e ideológico da Europa contra a Grã-Bretanha, para além do seu furor revolucionário, constitui a base geopolítica da revolução francesa, manejada dentro de uma ideologia como que

internacionalista ou europeizante. Bem o compreendeu a Grã-Bretanha que, reciprocamente, se tornou o ponto de apoio de todas as coligações europeias contra a França. Nesta confluência entre a ideologia e a geopolítica, a França, apesar de revolucionária, acabou por conseguir muitos apoios na Europa central, na Espanha e na Itália, o que verdadeiramente só pode explicar-se pela extraordinária força que, na Europa, representava o antagonismo com a Grã-Bretanha.

Portugal resistiu a essas solicitações, afinal, anti-atlânticas. Sem o seu pulmão oceânico, ficaria à mercê da Europa que para os portugueses tem, nesta altura, o nome político de França e Espanha, embora se comecem a alargar, de algum modo, ao Báltico e ao Mediterrâneo os seus horizontes, comerciais e outros.

A atitude de Portugal para com as coligações anti-francesas foi aproximadamente a mesma que as suas participações «ao lado» da Grã-Bretanha: nunca ultrapassavam a península Ibérica e a América do sul. Não quer isto dizer que fossem secundárias. Longe disso. O que significa é que a atitude de Portugal para com a Europa está claramente dependente das possibilidades desta relativamente ao Atlântico: Portugal não colabora com a Europa quando esta toma posições de teor anti-atlântico. E a partir do momento em que a concepção estratégica da Europa, tal como era concebida pela França, precisou de Portugal, este mostrou-se extraordinariamente reticente, porquanto não podia deixar de conduzir ou a um «corte» ou a dificuldades com o Atlântico. O resultado foram as invasões francesas e a captação da Espanha para a órbita napoleónica, através da «promessa» da satisfação do sonho espanhol, da eliminação de uma fronteira, eventualmente inimiga, no interior da Península, sempre que a Espanha se «voltava» para a Europa.

A tentativa da captação de Portugal, através da pressão militar continental, para a órbita europeia foi um verdadeiro desastre para a França. Por outro lado, pela mesma altura, a Espanha rapidamente se apercebeu de que a supressão da fronteira portuguesa não a fortalecia como potência europeia, antes pelo contrário. Com efeito, poucos meses depois da «consumação» do tratado de Fontainebleau, a França tentou impor à Espanha um rei francês. Foi, talvez, o momento mais sério em que os dirigentes políticos e militares espanhóis se aperceberam de que a fronteira portuguesa, respeitada com inteligência, podia ser um elemento altamente favorável ao próprio reforço do papel da Espanha no equilíbrio europeu. A primeira advertência, ainda que menos clara, tinha sido o domínio espanhol.

O período da fraqueza ibérica

O século XIX vai ser o período da fraqueza da península Ibérica. Com uma Espanha atacada e dividida, Portugal perdia poder de negociação com a Grã-Bretanha. Com um Portugal secundário no equilíbrio europeu, havia igual receio para os espanhóis de que ele se transformasse numa plataforma anti-espanhola. Em verdade que estas questões foram os problemas principais das relações peninsulares com a Europa, até às lutas liberais. Através delas, franceses e ingleses tentaram dividir entre si a tutela sobre a península. E na primeira metade do século XIX, tanto Portugal como a Espanha sofreram a amarga humilhação da presença de tropas estrangeiras no seu território, onde não faltaram portugueses em Espanha e espanhóis em Portugal.

Para além destas questões, os interesses de Portugal pela Europa terminavam nos Pirenéus e no ponto de vista espiritual não iam além de Roma. Para Portugal, só havia a Europa ocidental.

O processo das comunicações na Europa, criando uma rede de caminhos de ferro que unia os diversos Estados europeus em relações regulares e interessadas, promoveu uma forma de unificação da Europa pouco sentida em Portugal. A este conjunto de influências acrescentava-se a Bélgica, cuja intervenção em Portugal é sensível desde 1832.

Com a estabilização do regime político e social português, dentro do liberalismo, e a definição de formas de intervenção mais aperfeiçoadas, por parte da Grã-Bretanha, Portugal confronta-se com uma situação nova perante a Europa. Esta, para Portugal, continuava a ter como limite máximo os Pirenéus e o mar do Norte. Nestes termos, a única potência que podia rivalizar com a Grã-Bretanha era a França, cujos interesses se dirigiam para a Itália, para além do Reno ou em direcção à Áustria e ao Mediterrâneo oriental. Para isso, negociava alianças e acordos de influência onde Portugal não tinha qualquer peso. Mesmo que tivesse uma política atlântica, continuava a não ser, nestes termos e nesta altura, uma prioridade essencial para a França. Quer dizer, o interesse estratégico de Portugal para a Europa era, nesta altura, inteiramente secundário. Quem se atrevia a contestar a influência britânica no oceano? Nessas condições, a capacidade portuguesa de negociação era extremamente baixa. Já o mesmo se não podia dizer quanto ao seu papel em África e à sua possibilidade de interferência nos projectos britânicos no Atlântico Sul. O facto foi minuciosamente aproveitado pela Grã-Bretanha, que tentou, por diversos modos e em diferentes alturas, ainda que em vão, apropriar-se das posições portuguesas em África. A defesa portuguesa desses mesmos interesses apresentava grandes dificuldades, uma vez que se ressentia da secundaridade da sua posição europeia. Ao mesmo tempo, a natureza dos interesses em África de muitos portugueses não raro

colidiam com a posição governamental, embora gozassem de protecção, ainda que encoberta, ao mais alto nível da governança, a ponto de envolver a colaboração das próprias estruturas administrativas coloniais, não raro contaminadas pela tolerância do tráfico escravo. Este facto agravava as condições de negociação com a Grã-Bretanha. Evidentemente que a posição oficial portuguesa era de peremptória recusa do tráfico escravo. Contudo, não é difícil encontrar provas da transigência não oficial para com ele, em ligação aliás com ingleses, holandeses, americanos e tantos mais. O certo era que também não podia haver dúvidas quanto ao «desinteresse» com que era combatido. Ninguém convencia ninguém. A Grã-Bretanha valia-se dessas circunstâncias, de que tinha pleno conhecimento, para tentar aumentar a sua área de influência africana. Não o conseguiu, por um lado, porque Portugal manejava habilmente contra a Grã-Bretanha o espectro do uso escandaloso da sua força contra um pequeno país, sem que a usasse contra franceses, belgas ou americanos. O desprestígio moral ainda pesava. Por outro lado, a evolução possível da política britânica para com a França e a Bélgica já lhe não deixava muita liberdade para ignorar uma eventual ou próxima necessidade de Portugal, a ocidente. Não obstante, bem dura foi a luta portuguesa para a defesa dos seus interesses em África, perante a secundaridade da posição de Portugal na Europa, onde os problemas, a ocidente, continuavam a ter pouco alcance no conjunto. Importantes eram a unidade alemã, a política austríaca na Itália, a pressão russa sobre os turcos: em nada disso podia ter qualquer papel a posição portuguesa.

Com a derrota da França em 1871 o panorama europeu altera-se por completo. Surge na Europa central uma grande potência, a Prússia, unificadora da Alemanha, que adquire designação imperial. A Alemanha tinha uma política dirigida ao oriente europeu e outra dirigida à Europa ocidental. Os projectos da hegemonia europeia alteraram-se completamente no seu equilíbrio de forças que, a partir dos anos 70, se vai modificando lentamente. Em consequência disso, o potencial relevo de Portugal na Europa começa vagarosamente a crescer e o mesmo sucede com o interesse da Alemanha por Portugal. E isso não é segredo para ninguém: como de costume, nas teorizações estratégicas do Atlântico a partir do continente europeu, Portugal voltava a revelar-se indispensável. Mas a Europa, por sua vez, «continuava» a estar dividida, pelo menos, em duas áreas bem distintas, embora complementares ou mesmo coerentes. A partir desta situação, as condições de negociação de Portugal em África melhoraram, uma vez que o valor eventual da posição portuguesa na Europa também se valorizava. É essa a base da renovação do tratado de Windsor em 1899: a Grã-Bretanha volta a precisar de manter a sua influência na Europa ocidental; Portugal não

tinha outros recursos estratégicos que não fossem os que resultavam da sua posição nessa área. Mas voltavam a ser essenciais.

Torna-se claro que a Europa verdadeiramente significativa para Portugal é o seu ocidente. No entanto, em face dos interesses alemães na Europa ocidental e da consciência que, desde Napoleão, a Europa tem de que não há hegemonia europeia sem hegemonia atlântica, os interesses do Império Alemão pela Península em geral e por Portugal, mais em concreto, tomam uma forma significativa neste conflito alargado de hegemonias. Decerto que não se podiam ignorar os interesses da Alemanha imperial pelo leste europeu e pelo Mediterrâneo. Esse ponto que só por si nunca teria interessado a Portugal integrava-se, agora, no horizonte dos comportamentos internacionais unificados. Tornava-se uma evidência cada vez maior que uma grande potência europeia tinha de o ser a leste e a oeste, o que, até ao último quartel do século XIX, nunca se verificou.

Dentro deste contexto, que no século XX se tornou habitual e que assentava no facto de a posição hegemónica da Alemanha ter força para afectar toda a Europa, adquire esta em Portugal uma definição que o incorpora em exigências mais amplas e distantes. Antes, não era assim. A partir desta altura, Portugal era obrigado a ter presente que as alianças realizadas na proximidade do seu próprio território não podiam separar-se das que se verificavam na Europa central ou do leste. Mas a necessidade vinha de «lá» para «cá». Se a globalidade religiosa e depois a globalidade cultural são factos anteriores, a globalidade estratégica só se impõe no concreto imediato, no século XX, face à radical transformação dos transportes e comunicações e perante as questões sociais cuja coesão ideológica se julgou ultrapassar o interesse político dos Estados.

A globalidade estratégica da Europa, no século XX, foi percebida por muitos estrategas ou mentores da política externa. Estava, contudo, longe de ser um conceito corrente. E o facto não sucedia só em Portugal. Na verdade, era difícil passar dos Balcãs para a Europa, da Itália para o mar do Norte ou da Espanha para a Europa central. Não podia mesmo haver dúvidas quanto ao carácter também local do confronto entre franceses e alemães, austríacos e russos, ou turcos, alemães e ingleses. Mas tudo se poderia enredar num choque que envolveria a Europa inteira.

Pela revolução dos transportes, pela facilidade da notícia, pela fácil ampliação dos mercados, os equilíbrios europeus, continuando a existir na área regional mais agressiva, desencadeavam pressões supra-regionais onde se integravam outros conflitos regionais mais distantes e até mesmo os económicos e os sociais.

Nesta ordem de ideias, a França e a Grã-Bretanha estabeleceram acordos diplomáticos de cooperação a que foi dado o nome de *entente cordiale*. A ela veio a juntar-se a Rússia, tendo em vista o confronto geral das hegemonias. A estes acordos entre três potências, cujas afinidades, face àquilo a que se chamou o perigo alemão, não podiam oferecer dúvidas, segue-se um outro acordo que reunia as potências que se concertavam com esse alegado perigo: a Alemanha e o império austro-húngaro, que associavam a si a Itália e apelavam para o império turco. Foi o chamado *Tríplice Entendimento*. Estes blocos tendencialmente definidos no princípio do século XX adquiriram formas mais claras no decurso do primeiro decénio.

Não eram, contudo, as grandes potências que pareciam suscitar maiores dúvidas. O que constituía o objecto intenso das manobras diplomáticas eram as alianças dos pequenos Estados, cuja força regional era decisiva em cada área específica, podendo por aí contribuir para as soluções gerais. A Itália, os Balcãs, a Grécia eram esses pontos nevrálgicos para o Mediterrâneo. A Bélgica, a Holanda, ou mesmo a Dinamarca, eram-no por sua vez para a Europa do norte. Portugal colocava-se numa função semelhante, logo que o Atlântico fosse chamado a intervir na determinação global de hegemonias. A Espanha guardava a sua prudente neutralidade, tendo em consideração que o seu apoio seria decisivo em caso de guerra.

Nestas condições, a posição portuguesa no mundo ocidental era, na verdade, potencialmente valiosa. A Alemanha não o podia ignorar e foram diversas as operações diplomáticas onde isso era evidente. Mas também não havia dúvida de que a opção tradicional portuguesa continuava a ser a aliança com as potências presentes no Atlântico, ao lado da desconfiança para com as potências continentais que aspiravam a este oceano para nele se tornarem hegemónicas, nesta era que se dizia ser dos «couraçados». Em suma, como era tradicional, Portugal desconfiava de quem se pretendia tornar poderoso no oceano quando já o era no continente.

A sua posição continuava, pois, a ser a de se conservar dentro das linhas da aliança atlântica que, com tanto sacrifício, tinham sido mantidas ao longo de todo o século XIX. Foi essa certeza que levou a Alemanha a tentar outras formas de pressão sobre Portugal e a procurar negociar com a Grã-Bretanha, em 1913, a partilha das colónias portuguesas. Aqui voltou a verificar-se o que já era patente na renovação do tratado de Windsor em 1899 e significava, afinal, a inversão do que tinha sido dominante e característico daquele mesmo século. Agora, no século XX, ao renovar-se a importância europeia de Portugal, eram favorecidas as

suas ambições africanas e a Grã-Bretanha voltava a precisar mais de Portugal na Europa do que em África, onde os territórios portugueses passavam até a poder servir para a neutralização da influência alemã. Como era natural, a Inglaterra, em face das exigências estratégicas europeias, recusou a partilha das colónias portuguesas. No ano seguinte, deflagrava a Primeira Grande Guerra.

Os conflitos do século XX

Todos estes aspectos, se estão presentes na guerra de 1914-1918, não actuam em simultâneo. Isto é, não têm uma premência constante no confronto bélico europeu. No início da guerra, a posição portuguesa era secundária ou pouco pertinente. Não se conservou assim, a partir de 1916.

A Primeira Guerra Mundial tinha começado por ser «pouco oceânica». Os confrontos armados eram conduzidos pelas potências da Europa central, com exércitos terrestres dirigidos em direcção à Rússia, à Bélgica e à França. Não tinha então grande sentido a participação de Portugal nesta guerra, apesar dos preconceitos ideológicos que ela quis desencadear. Isto não quer dizer que a posição portuguesa, favorável aos aliados, oferecesse dúvidas. O que quer dizer é que a posição portuguesa não tinha qualquer relevo para a decisão da natureza dos confrontos então prioritários.

Mas quando surge a guerra submarina, esta passa a constituir o processo fundamental que trouxe o oceano Atlântico para o centro da guerra europeia. Essa «forma de guerra» só foi possível dado o nível tecnológico da indústria alemã e o elemento sempre decisivo para o seu aproveitamento: o sentido de missão, a disciplina social e militar, uma perfeita definição da hierarquia do comando, isto é, as qualidades humanas a aproveitarem as potencialidades tecnológicas. Nestes termos, a «guerra submarina» constituiu um golpe brutal na hegemonia britânica do Atlântico e o alargamento ao próprio oceano da eventualidade de um bloqueio marítimo à Grã-Bretanha: uma perspectiva inteiramente nova do bloqueio continental.

Ao desenvolverem-se os extraordinários riscos da guerra submarina, Portugal entrou para o centro da estratégia da guerra. Não porque o seu interesse pela Europa central tivesse aumentado ou porque a sua posição pudesse ter qualquer relevância nos confrontos continentais. O que havia mudado era que a costa portuguesa e as ilhas atlânticas se tinham tornado de extrema utilidade para a luta anti-submarina, dentro da certeza de que se a Grã-Bretanha não vencesse esta ameaça, a derrota dos aliados seria inevitável. Na verdade, a guerra submarina, conduzida pelos alemães com

implacável determinação, causava perdas à navegação britânica que a construção naval, em tempo de guerra, era absolutamente incapaz de colmatar. A Grã-Bretanha precisava de enfrentar tal situação e todos os meios lhe pareciam úteis para esse feito. Nestes termos, solicitou a Portugal a entrega dos navios alemães que – ao abrigo da lei da neutralidade, em que oficialmente se encontrava Portugal – se tinham abrigado em portos portugueses. Foi a aceitação deste pedido – de raiz essencialmente atlântica – que provocou uma natural e imediata resposta da Alemanha: a sua declaração de guerra a Portugal.

A declaração de guerra alemã levantava problemas a Portugal, não porque as suas simpatias pudessem ser postas em dúvida, mas porque o obrigava a acções militares extremamente caras e exigindo uma participação pública superior às suas perspectivas do conflito. A colaboração militar de Portugal tornava-se a partir desta nova situação indispensável, sob pena de se tornar a participação portuguesa numa mera oferta geográfica de facilidades, o que estava em desacordo com as claras declarações de apoio que os governantes portugueses tinham feito aos «aliados» e de que a solicitação de entrega dos navios alemães tinha sido a consequência lógica.

Portugal entrava, pois, no conflito mundial por virtude dos «modos» atlânticos da guerra e porque a sua política externa tinha sido conduzida sem ter em conta as mutações geopolíticas da sua posição nem o que daí podia resultar quando, esquecendo-se tudo isso, se mergulhasse em fáceis afirmações ideológicas. A partir desses dois aspectos que se fizeram convergir, a participação de Portugal na guerra continental era a única forma de reparar a imprudência calamitosa no modo como os governantes administraram o espaço estratégico português. Foi o sangue português vertido na Flandres que corrigiu a retórica imprudente dos políticos que, sem terem a medida das necessidades e das possibilidades do país, o levaram a esse sacrifício. Mais uma vez, o povo português salvou a independência e o seu nome internacional, face à falência completa de uma política externa desnorteada, desmedida e gratuitamente ideológica.

Confunde-se o problema quando se discute a questão em termos de simpatia pelos aliados. Essa simpatia, indesmentível, nada tem a ver com a política externa nem com o que, nesse campo, era possível fazer-se. No domínio do apoio aos aliados, muito podia ter sido feito, sem provocar as incoerências pagas pelo sangue português. Foi este quem, na verdade, resgatou, por completo, aquilo que os políticos não souberam defender.

Depois da guerra e do tratado de Versalhes, com a Sociedade das Nações e a

hegemonia diplomática francesa, de novo Portugal regressa à sua área ocidental, mergulhado, além disto, numa profunda crise política, embora a Europa não estivesse muito melhor. Revolviam-se, no interior desta, amargos antagonismos, processavam-se tentativas hegemónicas locais, a que novos Estados procuravam dar sentido. No decurso deste período vago e penoso, a participação de Portugal foi escassa, encurralado como estava na sua área ocidental, sem dinheiro, sem força política, sem capacidade de decisão, numa angústia de existência que tornava a miséria ainda mais deprimente.

É na década de 30 que se vai verificar a reentrada de Portugal nas questões europeias. Ou antes, é na década de 30 que a estratégia europeia vai voltar a conceber a função do seu flanco ocidental, quando volta a desenhar-se a hegemonia alemã, com o seu reaparecimento como grande potência continental, com interesses a leste e a oeste.

Neste equilíbrio que de novo se desenha, Portugal volta a tornar-se relevante. Mas há uma diferença fundamental, mesmo decisiva, entre a situação na Primeira e na Segunda Grande Guerra. É que Portugal, ao entrar no equilíbrio europeu dos anos 30, fá-lo, não através da sua posição atlântica, mas sim pela sua posição continental. Na verdade, a Guerra Civil de Espanha ameaçava transformar a península num elemento decisivo para a junção num equilíbrio conjunto das zonas leste e oeste da Europa. E isto deveria vir a suceder, quer o resultado da Guerra Civil de Espanha fosse a sua passagem a um regime comunista, quer se transformasse num aliado fiel da Alemanha nazi e da Itália fascista, perigo que era indispensável evitar. Portugal tornou-se, assim, um ponto de apoio essencial no sentido da administração da «reserva» da península Ibérica para o equilíbrio europeu, com vista a evitar que tal junção aqui se fizesse. O controle deste perigo teve na política externa portuguesa – tão estupidamente interpretada! – um lúcido executante da sua estratégia básica que era a de manter separado o equilíbrio ocidental e oriental da Europa. Para isso, o essencial era que a Espanha verificasse, primeiro, ser da sua vantagem fazê-lo. Quer dizer, a política externa portuguesa, durante a Guerra Civil espanhola e a Segunda Grande Guerra, tinha o objectivo único de transformar a península Ibérica, numa primeira fase, em área neutral, enquanto a guerra se desenvolvia em zonas nevrálgicas ocidentais, embora não decisivas. Vencida esta «batalha» diplomática, seguiu-se a segunda fase, em que facultou as suas zonas estratégicas, defendidas pelos seus próprios meios, entre 1940 e 1943, à campanha anti-submarina anglo-americana, essencial ao enfraquecimento da máquina de guerra nazi. Na área continental da guerra, Portugal esteve ausente e conseguiu que a Espanha, em termos

internacionais, também o estivesse. E assim, as duas zonas mínimas da segurança europeia – a ocidental e a oriental – não se confundiram, na teoria e na prática, na política externa portuguesa, evitando um ainda maior enfraquecimento da Europa. Assim como se não misturaram – ao contrário do que tinha sucedido em 1914-1918 – as responsabilidades atlânticas com quaisquer compromissos para com o continente.

A política atlântica e ocidental portuguesa não envolveu empreendimentos militares próprios que teriam tornado impossível o objectivo fundamental a atingir – e que foi atingido – que era o de manter fora da península Ibérica os efeitos ideológicos e políticos da derrota do nazismo, com o qual nada tinham nem Portugal nem a Espanha, quer se queira quer não queira. O ponto de partida desta orientação era a especificidade da Europa ocidental: a base do interesse de Portugal pela Europa.

No pós-guerra de 1939-1945, numa Europa devastada e truncada, vastas áreas ocupadas e importantes nações colocadas em tutela, não era difícil a Portugal reafirmar os seus interesses atlânticos e considerar a sua dimensão continental uma prioridade a ser integrada naquelas exigências. Não deixou por isso de se envolver – ainda que com cautela – na restauração política autónoma da Europa para a tranquilidade e segurança da sua retaguarda, face à área oriental – onde era indiscutível a hegemonia soviética – ou também como retaguarda, face ao oceano, onde também era indiscutível a hegemonia americana.

A experiência recente de Portugal era, para o século XIX, a do perigo da hegemonia marítima quando não havia compensação continental. Assim como tinha sido esclarecedora a experiência portuguesa quanto aos perigos da hegemonia continental, com fraca alternativa marítima. O ponto decisivo para a política externa portuguesa tem sido, portanto, na estreita faixa continental europeia que lhe pertence, definir a sua independência no equilíbrio das duas posições que estão sempre nas duas retaguardas.

No pós-guerra, acrescentava-se uma situação que Portugal também conhecia. Trata-se da existência de uma força ideológica poderosa que pretendia trazer a Europa para o seu modelo anómalo e contingente, ainda que insistisse em apresentar-se como necessário. A política externa portuguesa foi conduzida no sentido de não deixar perder nenhuma das bem diversas forças europeias, a pretexto de razões ideológicas. Insistiu em fazer todo o possível por que fosse criado um clima de convergência de Estados e de doutrinas para o que restava da Europa, política e culturalmente diferenciada. Não esqueceu a importância dos aspectos estratégicos e participou assim (apesar dos riscos da incompreensão relativamente ao seu próprio regime

político) quer no plano Marshall quer, depois, no Tratado do Atlântico Norte, geograficamente bem delimitado, por interesse do parceiro mais poderoso, que não queria exagerar as suas responsabilidades.

A posição de Portugal foi sempre a da reconstituição da Europa como entidade política e militar ponderável, mas não uniforme. Os caminhos apresentados foram diversos, as dificuldades grandes. As incompreensões ou restrições com que era vista a própria posição portuguesa não abalaram essa determinação essencial do reforço das Europas reais, face ao Atlântico e às ambições hegemónicas continentais. É possível que as posições ideológicas tenham dificultado a percepção da regularidade e justeza desta orientação que, nos anos 30, foi seguida quanto à Alemanha nazi e nos anos 50 estava determinada pela convicção dos propósitos da URSS, muito mais por ser uma potência com incontestável capacidade hegemónica do que por qualquer outro motivo.

Para reforçar a sua ligação atlântica, face à fraqueza europeia e ao perigo de outras hegemonias, acentuou-se também, no pós-guerra, o interesse pela valorização do Ultramar, cujo crescimento económico e atracção migratória aumentou de um modo significativo. Novas riquezas, novos mercados, novas perspectivas se abriam assim no Atlântico Sul, para além do Atlântico Norte, em cuja defesa Portugal se encontrava empenhado. Ao lado deste interesse colonial, a população portuguesa era também atraída por surtos migratórios de outros, muito diferentes, sentidos. Neles surgia a Europa com um vigor inteiramente novo. Centenas de milhares de portugueses partiram para a França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Inglaterra, etc. Criaram-se assim novos laços económicos e sociais, novas formas de relação.

Entretanto, a Europa, numa segunda fase da sua maturação e na amarga ponderação dos seus efectivos recursos, concebeu, com esforço e incerteza, uma instituição comunitária a que foi dado o nome de Mercado Comum. Não era, decerto, essa a única expressão daquilo a que podemos chamar a consciência comunitária da Europa. Foi, pelo contrário, uma expressão mais difícil, decerto porque mais ambiciosa. Abrangia sobretudo e afinal aquela região da Europa para quem o extremo ocidente era de somenos valor e que mais dificuldades levantava pela sua posição divergente no modo como se fazia a sua estruturação política.

O interesse da primeira versão do Mercado Comum como tal pelo Atlântico era reduzido. Mas nem por isso Portugal deixou de se manifestar voltado para esse e outros organismos propiciatórios de convergências europeias; participou assim, mais activamente, num outro «sistema» europeu, a chamada EFTA.

O aumento da capacidade europeia no plano económico, a sua consideração segundo

novos moldes e em face da permanência das oportunidades estratégicas, levou ao alargamento sempre difícil do Mercado Comum, primeiro no sentido da Grã-Bretanha e depois no sentido do Mediterrâneo. Procurando defender um mercado interno e a sua coesão económica, o Mercado Comum alargou-se lentamente e acabou por promover a adesão de Portugal e da Espanha. Contudo, nunca deixou de ser, como mercado, essencialmente europeu, central, mediterrânico e do mar do Norte. A sua expansão para além da área que, finalmente, integra doze países europeus continua a suscitar problemas de difícil consideração prática.

Ao entrar para o Mercado Comum, para além das suas múltiplas dificuldades, Portugal não pode deixar de representar, dentro desse agrupamento e dos órgãos onde se definem as opções, uma força altamente favorável ao aproveitamento humano do carácter competitivo do Mercado Comum no sentido de novas áreas e novas modalidades de expansão. Não obstante, importa não esquecer que, face ao irremediável carácter irregular do interesse da Europa pelo seu extremo ocidente e face à necessidade de correcção dessa irregularidade pelo recurso constante ao oceano, Portugal, para a sua sobrevivência, não pode aderir a nenhuma solução externa exclusiva. Ambas as situações – o interesse europeu pelo seu extremo ocidente e o seu abandono são de considerar. Face às circunstâncias europeias ou atlânticas, importa não esquecer que Portugal está para além de uma e outra e tem portanto que reunir, na sua composição nacional, a permanente capacidade de escolher, em cada momento, em qual se deve apoiar, na certeza de que a sua experiência é a de que nenhuma das opções é suficiente, quando exclusiva. Precisa que ambas se mantenham em aberto, nunca deixando perder os recursos para as administrar segundo os seus interesses perenes, que só o povo português pode definir

